



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
TECNOLOGIAS *CAMPUS XVIII*, EUNÁPOLIS – BAHIA
COLEGIADO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

AGESMARY ALMEIDA PEREIRA

CULTURAS, IDENTIDADES E SABERES DE EUNÁPOLIS (CISE):
o ensino de História Local.

Eunápolis – BA
2025

AGESMARY ALMEIDA PEREIRA

CULTURAS, IDENTIDADES E SABERES DE EUNÁPOLIS (CISE):
o ensino de História Local.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias Campus XVIII da Universidade do Estado da Bahia, como requisitos para obtenção do título em História.

Orientadora: Profa. Dra Sandra Regina Mendes

Eunápolis – BA
2025

RESUMO

Após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 22 de dezembro de 2017, estados e municípios passaram a reordenar seus currículos para atender aos preceitos nacionais, incluindo conteúdos que consideram as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Nesse contexto, implementou-se o componente curricular “Culturas, Identidades e Saberes de Eunápolis” (CISE) nas Escolas da rede municipal de ensino, com o objetivo de integrar conteúdos de História Local ao currículo escolar. Este trabalho visa analisar os documentos orientadores do CISE (Guias de orientação) e sua relação com a valorização da história de Eunápolis-BA. A pesquisa fundamenta-se em discussões sobre História Local, destacando a importância de trabalhar escalas menores como bairro, cidade, grupos sociais e cultura material, valorizando professores/as, alunos/as e comunidade como produtores do conhecimento (Melo, 2015; Cavalcanti, 2019). A metodologia contempla a pesquisa documental (Sá- Silva et. al, 2009), tendo como eixo de análise os fundamentos conceituais mobilizados nos documentos, a relação com a BNCC e as perspectivas metodológicas que são apresentadas nos documentos. Os resultados buscaram compreender as possibilidades do CISE na promoção de uma educação contextualizada, territorializada e centrada na valorização da identidade cultural de Eunápolis.

Palavras-chave: História Local. BNCC, CISE.

ABSTRACT

After the approval of the National Common Curricular Base (BNCC) on December 22, 2017, states and municipalities began to reorganize their curricula in order to comply with national guidelines, incorporating content that takes into account the regional and local characteristics of society, culture, economy, and students. In this context, the curricular component “*Cultures, Identities, and Knowledge of Eunápolis*” (CISE) was implemented in schools within the municipal education system, with the aim of integrating Local History content into the school curriculum. This study seeks to analyze the guiding documents of the CISE (Orientation Guides) and their relationship with the appreciation of the history of Eunápolis, Bahia. The research is grounded in discussions on Local History, highlighting the importance of working with smaller scales such as neighborhoods, the city, social groups, and material culture, valuing teachers, students, and the community as producers of knowledge (Melo, 2015; Cavalcanti, 2019). The methodology includes documentary research (Sá-Silva et al., 2009), with the conceptual foundations mobilized in the documents, their relationship with the BNCC, and the methodological perspectives presented as the main axes of analysis. The results sought to understand the possibilities of the CISE in promoting a contextualized, territorialized education centered on the appreciation of the cultural identity of Eunápolis.

Keywords: Local History. BNCC. CISE.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Guias de orientação do CISE (6°,7°,8°, 9°)	18
Imagem 2- Eixos norteadores.	20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura dos guias de orientação do CISE.....	21
Quadro 2 – Competências Específicas do CISE.....	22
Quadro 3 – Estrutura do conteúdo do Guia 6º ano.....	23
Quadro 4 – Estrutura do conteúdo do Guia 7º ano.....	26
Quadro 5 – Estrutura do conteúdo do Guia 8º ano.....	28
Quadro 6 – Estrutura do conteúdo do Guia 9º ano.....	30
Quadro 7 – Trabalhos Acadêmicos <i>campus</i> XVIII.....	32
Quadro 8 – Sugestões Metodológicas (6º ano).....	37
Quadro 9 – Sugestões Metodológicas (7º ano).....	38
Quadro 10 – Sugestões Metodológicas (8º ano).....	39
Quadro 11 – Sugestões Metodológicas (9º ano).....	40

FOLHA DE APROVAÇÃO

Agesmary Almeida Pereira

CULTURAS, IDENTIDADES E SABERES DE EUNÁPOLIS (CISE):
o ensino de História local.

Artigo apresentado ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias Campus XVIII da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do título em História.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Profa. Orientadora
Sandra Regina Mendes

Examinador(a) 1
Lorena Michelle da Silva dos Santos

Examinador(a) 2
Thais Vinhas Fernandez

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	HISTÓRIA LOCAL: QUESTÕES TEÓRICAS.....	12
3	O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA LOCAL NA BNCC.....	14
4	OS GUIAS DE ORIENTAÇÃO DO COMPONENTE CULTURAS, IDENTIDADES E SABERES (CISE) : ESTRUTURA E CONTEÚDO.....	18
	4.1 Entre a proposta e a prática: críticas aos eixos curriculares dos Guias de Orientações do CISE.....	20
	4.2 As propostas metodológicas nos guias de orientação.....	34
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 22 de dezembro de 2017, por meio da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno (CNE/CP), estados e municípios tiveram que reordenar seus currículos de maneira a atender aos preceitos estabelecidos pela Base. Fundamentando-se no Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a BNCC explicita que:

(...) os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, p. 20).

A parte diversificada da BNCC se refere aos conteúdos e atividades curriculares que a complementam e são definidos pelas escolas e sistemas de ensino, considerando as características regionais, culturais, sociais e econômicas da localidade em que a escola esta inserida. Nesse sentido, surge a implementação do componente curricular Culturas, Identidades e Saberes de Eunápolis (CISE), instituído oficialmente por meio da Resolução CME/CP nº 05, de 03 de dezembro de 2021, que “aprova novas Matrizes Curriculares para a Rede Pública Municipal de Ensino de Eunápolis/BA a partir de 2022” (Eunápolis, 2021). O documento, publicado no Diário Oficial do Município em 18 de janeiro de 2022, estabelece, em seu Art. 3º, a integração do CISE à parte diversificada das matrizes curriculares do Ensino Fundamental (anos finais), abrangendo as modalidades Regular, Educação de Jovens, Adultos, Idosos e do Campo.

O cronograma de implantação definido pela resolução indica que o CISE passou a vigorar gradualmente a partir de 2022, com formação de professores e coordenadores pedagógicos dos 1º e 6º anos em 2022, seguida pela inclusão progressiva das demais séries até 2023. Dessa forma, o componente se consolidou como parte integrante do currículo municipal, assumindo o papel de articular a BNCC às especificidades regionais, históricas e culturais de Eunápolis.

De acordo com os documentos norteadores, o CISE, ao ocupar a parte diversificada das matrizes curriculares, visa reconhecer e valorizar as identidades locais, as memórias coletivas e os saberes tradicionais, promovendo uma educação contextualizada e territorializada. Essa proposta reforça o princípio da BNCC de que a educação deve considerar “as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (Brasil, 2017), alinhando-se à ideia de que o currículo deve dialogar com o território e com as vivências dos

estudantes.

No componente de História da BNCC, a valorização da História Local é visivelmente destacada como um dos caminhos para o desenvolvimento das competências específicas. O documento enfatiza que o ensino de História deve possibilitar ao aluno “compreender a si e ao outro como sujeitos históricos, reconhecendo identidades, memórias e pertencimentos” (Brasil, 2017, p. 401). Ainda segundo a BNCC, espera-se que os estudantes desenvolvam a capacidade de “identificar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, e compreender a importância da preservação das memórias locais e regionais” (Brasil, 2017, p. 403). Assim, a proposta do CISE se articula diretamente com essas diretrizes, ao propor o estudo das realidades, heranças e trajetórias que compõem o território de Eunápolis.

A presença do CISE no currículo municipal apresenta questões importantes sobre sua contribuição para o fortalecimento do ensino de História e para discussão sobre a História Local. Assim, esta pesquisa problematiza de que forma o CISE pode potencializar o ensino de História nas escolas municipais de Eunápolis, privilegiando abordagens contextualizadas e territorializadas que reconheçam as memórias, trajetórias e saberes locais. O interesse central consiste em compreender em que medida os documentos normativos e a implementação do componente promovem práticas pedagógicas que valorizam a história do município e da região.

O objetivo geral deste estudo é analisar o componente curricular CISE, a partir de seus documentos orientadores, buscando compreender de que forma o material propõe uma discussão acerca da História Local no contexto educacional de Eunápolis. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar, na proposta presente nos documentos normativos que orientam o CISE, os fundamentos teóricos e conceituais acerca da História Local e categorias articuladas a patrimônio, memória e identidade.
- b) Compreender a relação entre a BNCC e proposta do CISE (anos finais do ensino fundamental);
- c) Discutir as propostas metodológicas sugeridas nos Guias de Orientação para trabalhar com o CISE.

A relevância deste estudo reside em contribuir para a reflexão sobre propostas didáticas que dialoguem com o território e a comunidade, analisando as possibilidades de consolidação de um ensino de História que fortaleça identidades locais e as memórias coletivas.

Trata-se de uma pesquisa documental que, de acordo com Sá- Silva et. al (2009, p. 6), “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatório, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações,

fotografias, entre outras matérias de divulgação”. Nesta pesquisa, o *corpus* documental é composto pelos Guias de Orientação do componente CISE do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Eunápolis, intencionando, na análise desse *corpus*, “identificar, verificar e interpretar documentos com o objetivo de extrair informações que subsidiem a compreensão de fenômenos sociais e educacionais” (Cellard, 2008, p. 295).

Nesse sentido, a investigação dos documentos foi organizada em torno de três eixos: (1) fundamentos teóricos e conceituais do CISE e referências sugeridas em relação à História Local; (2) articulação entre o CISE e a BNCC; e (3) propostas metodológicas para o trabalho com a História Local.

2 HISTÓRIA LOCAL: QUESTÕES TEÓRICAS

A História Local se apresenta como uma alternativa capaz de visibilizar memórias silenciadas e incluir diferentes sujeitos sociais na narrativa histórica, tornando o ensino mais real e democrático. Visto isso, destaca-se neste estudo, os vários conceitos da História Local e sua importância para o ensino de História nas escolas brasileiras.

A História Local ganhou força a partir da década de 1960, principalmente na França. Para Pierre Goubert (1988), trata-se do estudo de pequenas comunidades, cidades ou áreas restritas, ressaltando a importância do território e do sentimento de pertencimento que essas localidades proporcionavam. Embora tenha sido desprezada em alguns períodos, a História Local sempre manteve relevância para compreender a vida cotidiana e a organização social.

Como afirma Barros (2013), a amplitude do país torna o “Local” um espaço rico para as

práticas historiográficas. O autor ainda afirma que,

A História Local é a história que trata de assuntos referentes a uma determinada região, município, cidade, distrito. [...] a história local se caracteriza pela valorização dos particulares, das diversidades; ela é um ponto de partida para a formação de uma identidade regional (Barros, 2013, p. 15).

Um dos desafios ao usar o conceito de História Local é que ele é entendido como algo em oposição aos grandes acontecimentos históricos. Muitas vezes a História Local é chamada de “história pequena” ou história miúda. Isso não significa que seja menos importante, mas que se concentra em eventos que acontecem em espaços mais limitados, ou seja, é uma História que se percebe dentro de um território específico e não se estende por grandes regiões geográficas (Cavalcanti, 2018).

A historiadora Gonçalves (2007) destaca que o conceito de local é muito variado e pode assumir diferentes significados. Ela afirma que “o local pode ser associado a uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição, escolas, universidades, hospitais e, às vezes, a um espaço político-administrativo, como distrito, freguesia, paróquia, municipalidades” (Gonçalves, 2007, p. 177).

Segundo Erinaldo Cavalcanti (2018), o termo “local” possui um caráter simbólico e múltiplo, podendo assumir diferentes significados conforme o contexto em que é utilizado. Assim como Barros (2013), o autor observa que “local” pode ser entendido como um espaço físico delimitado (um bairro, uma cidade, uma região), mas também como um espaço de memória e de identidades coletivas, que ultrapassa fronteiras geográficas. Além disso, pode ser compreendido como uma escala de análise histórica, marcada pela proximidade entre o sujeito e seu objeto de estudo, permitindo dar voz a experiências particulares e a sujeitos que muitas vezes ficam invisibilizados pela narrativa da História geral.

Entre os principais desafios, destaca-se a visão reducionista de que a História Local seria uma História “pequena”, restrita ou meramente complementar à História geral. No entanto, como argumenta Barros (2013),

A história do “lugar” como objeto de estudo ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica das transformações do espaço e articular esse processo às relações externas, a outros “lugares” (Barros, 2013, p. 19).

Cavalcanti (2018) problematiza ainda mais o debate ao indagar:

[...] cabe questionar: seria ‘local’ um conceito? Se a resposta for ‘sim’, em que consistirá, então, uma ‘história local’? Em que se distinguiria de uma ‘história

não local’? Se a resposta for ‘não’, em quais circunstâncias caberia o uso da expressão ‘história local’? (Cavalcanti, 2018, p. 27).

Essas questões ressaltam a complexidade em torno da definição do que se entende por “História Local” e revelam que sua utilização não é neutra. Apesar dessas diferentes abordagens, toma-se como opção continuar adotando o termo “História Local” neste trabalho, pois ele se encontra consolidado nos documentos oficiais da educação básica, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, sua utilização no ensino ainda se mostra pedagógica e politicamente relevante, uma vez que possibilita aproximar o estudante de sua realidade concreta, reforçando a identidade, a memória e a compreensão crítica de seu próprio espaço de vida.

Samuel (1990, p. 237), em seu artigo *História Local e História Oral*, afirma que a História Local não se escreve de forma autônoma, mas depende da natureza das evidências e da maneira como são interpretadas. Assim como outros projetos históricos, a construção da História Local está intimamente ligada ao tipo de fontes disponíveis e ao modo como elas são lidas e compreendidas. Essa visão reforça a ideia de que o(a) historiador(a) deve ser atento às fontes, considerando sempre o contexto e as particularidades da narrativa local. Apesar das contribuições, tanto a História Local quanto a regional apresentam limites metodológicos.

Um destaque importante é da ideia de que a História Local seria apenas uma História “próxima” ou do entorno pode levar a uma interpretação limitada do que é realmente o local. Para Schmidt (2007), essa forma de interpretar pode gerar problemas maiores, como o anacronismo, perspectivas etnocêntricas, reducionistas ou localistas. Além disso, existe o risco de se confundir o que é próximo com o que é mais conhecido, estabelecendo uma relação automática entre os dois conceitos (Schmidt, 2007). Assim, para a autora as discussões sobre o conceito de “local” e, conseqüentemente, sobre a História Local, concentram-se principalmente na dimensão espacial, ou seja, nos limites físicos e geográficos, que geralmente são vistos como pequenos, como mencionado anteriormente.

Segundo a professora e historiadora Circe Bittencourt (2009), estudar a História Local é essencial no processo de ensino, pois permite ao aluno compreender melhor o ambiente em que vive. Isso ocorre ao reconhecer elementos do passado que ainda influenciam diferentes contextos do cotidiano, como a escola, o lar, a comunidade, o trabalho e os momentos de lazer. Como destaca a autora,

a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas

significativos da história do presente (Bittencourt, 2009, p. 168).

Com base nas discussões apresentadas, entende-se que a História Local é muito importante para ampliar a forma como se estuda e se ensina História. Assim, fica evidente que o “local” não deve ser visto como algo menor ou menos relevante, mas como um caminho para compreender processos históricos mais amplos a partir da realidade vivida pelas pessoas no dia a dia. Os grandes acontecimentos da História também se refletem nas cidades, nos bairros e nas comunidades, influenciando a vida cotidiana, as relações sociais e as identidades.

A História Local se destaca por aproximar o conhecimento histórico da realidade do estudante. Ao observar o lugar onde se vive, é possível perceber que o passado está presente em elementos comuns, como os nomes das ruas, os prédios antigos, as festas populares, as memórias familiares e as formas de trabalho. Esses aspectos, muitas vezes vistos como simples, ajudam a entender mudanças sociais, políticas e culturais que ocorreram ao longo do tempo. No entanto, é importante que o estudo da História Local não fique restrito apenas ao que é próximo ou conhecido. O cotidiano deve ser o ponto de partida, mas precisa estar ligado a contextos maiores, como o regional, o nacional e o global. Dessa forma, o local não é estudado de forma isolada, mas em relação a outros espaços e processos históricos.

No Brasil, esse tipo de estudo tem ganhado força, já que a diversidade cultural e territorial oferece inúmeras possibilidades de pesquisa. Apesar de todas as potencialidades do ensino de História Local, ainda persistem inúmeros desafios no processo de mobilização de uma aprendizagem significativa a partir dessa perspectiva. Muitas vezes, faltam materiais adequados, formação docente específica e uma valorização institucional que fortaleça a identidade e a memória da comunidade.

Nesse sentido, o diálogo com a História do Tempo Presente contribui para ampliar a compreensão da História Local, ao reforçar que o trabalho do historiador não se limita ao estudo de um passado distante, mas envolve também a análise de processos ainda em curso e de experiências vividas pelos próprios sujeitos históricos. Como destaca Elíbio Júnior (2021), a História do Tempo Presente parte do pressuposto de que o presente é também um campo legítimo de investigação histórica, marcado por múltiplas temporalidades, pela abundância de fontes e pela proximidade entre o pesquisador e o objeto de estudo.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a História Local, na medida em que ambas valorizam o cotidiano, a memória, o testemunho e as experiências concretas dos sujeitos, permitindo compreender como grandes acontecimentos históricos se manifestam em realidades específicas. Assim como na História do Tempo Presente, a História Local exige rigor

metodológico, seleção crítica das fontes e constante articulação entre diferentes escalas de análise, evitando leituras imediatistas ou isoladas. Ao integrar essas abordagens no ensino de História, amplia-se a possibilidade de construir narrativas mais plurais, críticas e significativas, capazes de relacionar o espaço vivido pelos estudantes às transformações históricas mais amplas que atravessam a sociedade contemporânea.

3 O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA LOCAL NA BNCC

Como colocado na introdução deste trabalho, o componente CISE atende a parte diversificada que é o complemento para tornar o currículo mais relevante para o contexto de cada escola. Esta parte diversificada é definida pelos estados, municípios e escolas com perspectivas, dentre os vários temas, valorizar a cultura local e as demandas da comunidade em múltiplas dimensões.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017b) é um documento criado pelo Ministério da Educação para orientar toda a Educação Básica no Brasil. Ela já estava prevista no artigo 210 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 1996). O processo de construção começou com o Plano Nacional da Educação (PNE), em 2014 (BRASIL, 2014), e sua primeira versão foi apresentada em setembro de 2015, o que gerou muitas discussões sobre a importância ou não de existir um currículo nacional. Essa versão rompeu um pouco com a História tradicional e trouxe ideias críticas ao eurocentrismo. No entanto, diante das polêmicas, de acordo com Ralejo (2021) o Ministério da Educação acabou desfazendo a equipe inicial, formada por doze especialistas, e montou uma nova comissão, formada em sua maioria por membros de uma mesma instituição de ensino superior.

A segunda versão foi divulgada em maio de 2016, já a terceira versão apareceu em abril de 2017 e foi homologada em dezembro do mesmo ano, trazendo poucas mudanças. Ela passou a usar o conceito de competências, que já estava presente nas reformas educacionais da década de 1990 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio (Ralejo, 2021).

Para Lima (2022) o documento trouxe uma ausência de progressão vertical nas aprendizagens históricas. Isto evidencia uma limitação estrutural da BNCC que, ao segmentar os conteúdos por etapas, acaba enfraquecendo a formação crítica e contextualizada do estudante. De acordo com a autora (2022),

“(…) percebemos a forte centralidade que o *como ensinar* adquiriu, subordinando as discussões em torno do *porquê* e *para que*, a ponto de possibilitar seu total apagamento, como é possível notar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), quando foram substituídos

pelas competências e habilidades (Lima, 2022, p. 155)

Ainda traz uma crítica por a BNCC reduzir o ensino de História a um conjunto de competências e habilidades técnicas, deixando em segundo plano o papel formativo, reflexivo e crítico da disciplina. Essa é uma crítica direta ao caráter tecnicista da BNCC, que prioriza o fazer operacional em detrimento da reflexão sobre o sentido de ensinar História.

No que se refere ao tema desta pesquisa, na BNCC serão encontrados direcionamentos que, mesmo não fazendo referências específicas às abordagens regionais e locais, permitem pensar sobre os espaços e culturas que os discentes estão diretamente envolvidos para aprender a História (BRASIL, 2017, p. 395).

Ao analisar a presença da História Local na BNCC, especialmente no ensino fundamental, nota-se que esse tema aparece com maior destaque nos anos iniciais dessa etapa. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe, para o 3º ano do Ensino Fundamental, o estudo da História Local como eixo central para o desenvolvimento da consciência histórica das crianças. Na área de História, essa perspectiva aparece principalmente na unidade temática “As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município” (Brasil, 2018, p. 408), a qual orienta o aluno a compreender as origens e transformações do espaço onde vive, reconhecendo os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem o território.

Koselleck (2006) lembra que os conceitos não são estáticos, mas sempre construídos em disputas políticas, sociais e culturais, mudando de acordo com o tempo histórico. Essa perspectiva ajuda a compreender por que o termo “local” é polissêmico e, ao mesmo tempo, desafiador para a pesquisa e o ensino.

Entre as habilidades previstas na BNCC, destaca-se a EF03HI01, que propõe “identificar os grupos populacionais que formam a cidade, o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas etc.” (Brasil, 2018, p. 408). A habilidade EF03HI02 complementa essa proposta ao orientar o aluno a “selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive” (Brasil, 2018, p. 408). Já a EF03HI03 aprofunda a dimensão interpretativa da História Local ao propor que o estudante “identifique e compare pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive [...] com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes” (Brasil, 2018, p. 408).

A BNCC também dedica uma unidade temática específica aos “As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município”, na qual se propõe o objeto de conhecimento “Os

patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive” e a habilidade EF03HI04, que busca “identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados” (Brasil, 2018, p. 411). Essa orientação é fundamental para a valorização da memória coletiva, conectando os estudantes à História e à identidade cultural do seu território.

Na unidade “O lugar em que vive”, com o objeto de conhecimento “A produção dos marcos da memória os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.)”, aparecem outras habilidades que reforçam essa valorização, como a que propõe “identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados” EF03HI05, e a EF03HI06, que sugere “identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes” (Brasil, 2018, p. 411). Além disso, a EF03HI07 orienta a “identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam” (Brasil, 2018, p. 411). Essas habilidades favorecem o reconhecimento das relações entre memória, identidade e pertencimento, fundamentais para o aprendizado histórico na infância.

Outro objeto de conhecimento relevante é “A produção dos marcos da memória: a cidade e o campo, aproximações e diferenças”, expressa na habilidade EF03HI08, que propõe “identificar modos de vida na cidade e no campo no presente, comparando-os com os do passado” (BNCC, 2018, p. 411). Essa abordagem permite que o aluno compreenda as transformações sociais e econômicas do espaço local, valorizando a comparação entre passado e presente.

Apesar da presença significativa desses elementos nos anos iniciais, a BNCC não mantém essa ênfase sobre a História Local nas etapas posteriores do Ensino Fundamental. Nos anos finais, a abordagem passa a se concentrar em conteúdos de História Nacional e Mundial, o que evidencia uma descontinuidade curricular. A valorização do espaço vivido, da memória comunitária e dos processos Históricos Locais não é retomada de forma ordenada, limitando o aprofundamento das aprendizagens iniciadas nos primeiros anos escolares.

A ausência dessa perspectiva nos anos finais compromete a possibilidade de o aluno compreender sua integração na História mais ampla a partir de sua própria experiência territorial. Dessa forma, observa-se que, embora a BNCC reconheça a importância da História Local nos primeiros anos do Ensino Fundamental, sua presença limitada a essa etapa demonstra um enfoque inicial, mas não contínuo, do processo educativo. Essa limitação reduz o potencial formativo do ensino de História enquanto prática social que deve promover o reconhecimento

do passado, o diálogo entre culturas e a valorização da memória coletiva no decorrer de toda vida escolar.

À medida que o estudante avança, a abordagem do espaço regional vai dando lugar às dimensões nacional e mundial. Como consequência, a História Local perde espaço gradualmente, chegando a ser quase inexistente nos anos finais. Mais do que isso, é importante observar que os processos históricos escolhidos para compor a chamada história nacional não são, necessariamente, os mais centrais para compreender o desenvolvimento histórico do Brasil.

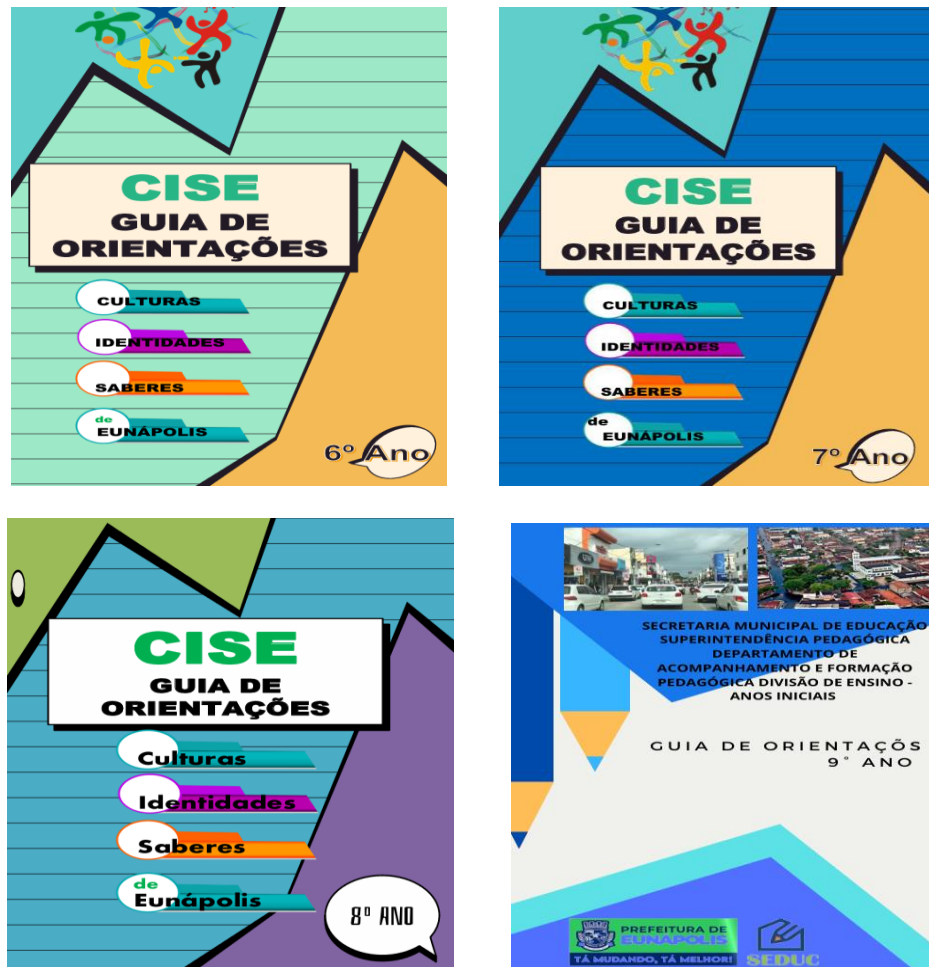
A BNCC enfatiza que a relação passado/presente não se dá automaticamente, mas depende da análise de fontes diversas e da atribuição de sentidos: “um objeto só se torna documento quando apropriado por um narrador que a ele confere sentido” (BRASIL, 2017, p. 395). Nesse sentido, a História é vista como produção de significados constantemente reinterpretada por diferentes grupos sociais (BRASIL, 2017, p. 397). Ao trabalhar com fontes locais poderá haver uma ampliação da aprendizagem. Assim, entender os conceitos de História Local é importante para a discussão e compreensão do CISE.

4 OS GUIAS DE ORIENTAÇÃO DO COMPONENTE CULTURAS, IDENTIDADES E SABERES (CISE) : ESTRUTURA E CONTEÚDO

O município de Eunápolis instituiu o componente curricular *Culturas, Identidades e Saberes de Eunápolis (CISE)* por meio da Resolução CME/CP nº 05/2021, integrando-o à parte diversificada dos anos finais (regular, EJA e campo). Ainda de acordo com o Guia, a sua aplicação foi gradual a partir de 2022, com a inclusão progressiva do componente até o 9º ano em 2023.

No Guia de Orientação do CISE, é afirmado que o componente reforça os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao valorizar a História Local, as memórias coletivas e os saberes tradicionais. O documento indica que há uma articulação com o componente de História da BNCC, voltada ao reconhecimento das identidades, dos pertencimentos e do patrimônio cultural. Segundo o próprio Guia, o CISE tem como objetivo contribuir para o fortalecimento das práticas pedagógicas de História, aproximando o currículo da realidade dos estudantes de Eunápolis.

Imagem 1 - Guias de orientação do CISE (6º, 7º, 8º, 9º)

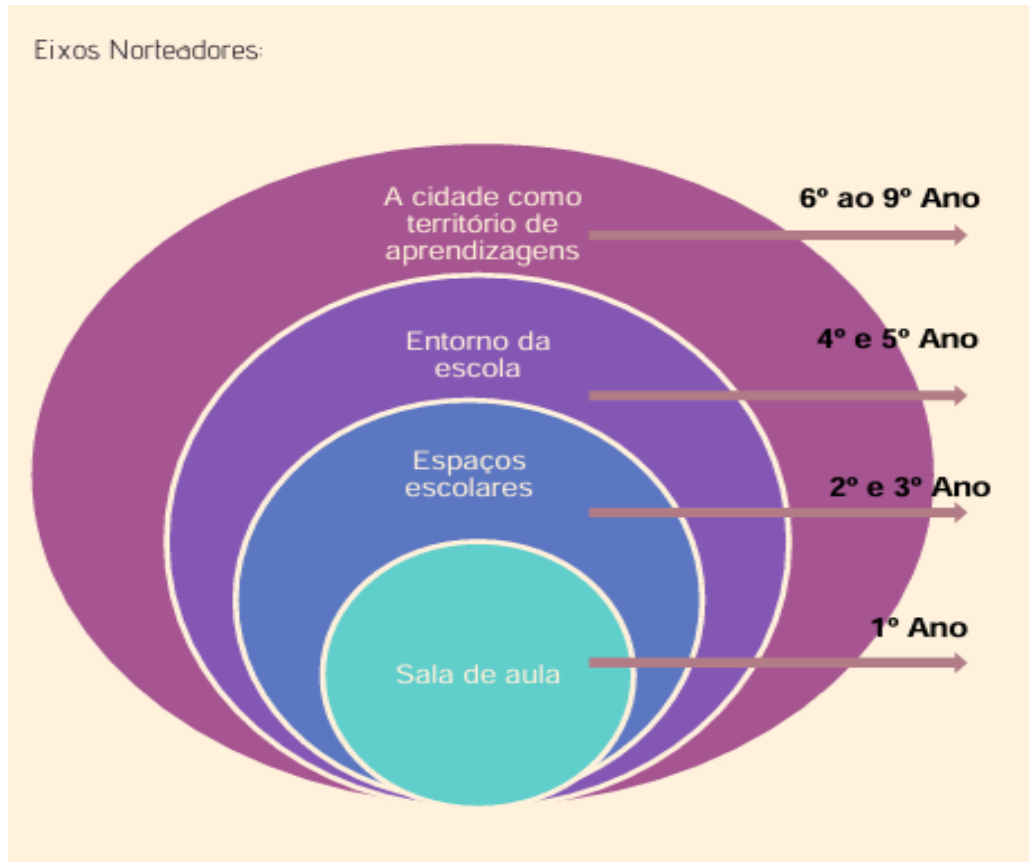


Fonte: Guias de orientações CISE, 2021.

Ainda segundo o Guia de Orientação do CISE, sua organização abrange todas as etapas do ensino fundamental e está estruturada com base em quatro eixos norteadores: sala de aula, espaços escolares, entorno da escola e a cidade como território de aprendizagens. Esses eixos ampliam gradualmente o espaço de aprendizagem conforme o avanço das turmas:

- No 1º ano, o foco está na sala de aula, onde são desenvolvidas as aprendizagens iniciais.
- No 2º e 3º anos, o trabalho se estende aos espaços escolares, promovendo o uso de diferentes ambientes da escola.
- No 4º e 5º anos, o ensino se amplia para o entorno da escola, explorando o contato com a comunidade.
- Do 6º ao 9º ano, o eixo central é a cidade como território de aprendizagens, reconhecendo a cidade de Eunápolis como um espaço educativo que articula saberes culturais, históricos e sociais.

Imagem 2 – Eixos norteadores



Fonte: Guia de orientações CISE, 6º ano.

Conforme está apresentado no Guia de Orientação do CISE, os materiais destinados ao 6º, 7º, 8º e 9º anos seguem a mesma estrutura organizacional, se diferenciando apenas pelos objetos de conhecimento em cada eixo norteador. Essa padronização evidencia uma continuidade metodológica entre os anos, variando apenas o foco temático conforme a ampliação do território de aprendizagem.

Quadro 1 – Estrutura dos guias de orientação do CISE.

Fonte: produção própria, 2025.

Nº	TÍTULO / SEÇÃO
1	O que é o CISE
2	Eixos Norteadores
3	Competências Específicas do CISE
4	Unidades Temáticas
5	Proposta de Aulas
6	Construindo o Inventário
6.1	Fichas do Inventário
7	Aplicação
8	Referências

A estrutura inicia com a apresentação conceitual do CISE, seguida pelos eixos norteadores e competências específicas que orientam o trabalho pedagógico. Na sequência, são apresentadas as unidades temáticas com subdivisões, os planos de aula e as orientações para a construção e uso do inventário, encerrando com as referências. Dessa forma, o Guia organiza seus conteúdos de maneira a oferecer uma visão geral do programa, os fundamentos pedagógicos e as orientações práticas de aplicação, mantendo a estrutura nos materiais destinados aos 6º, 7º, 8º e 9º anos.

4.1 Entre a proposta e a prática: críticas aos eixos curriculares dos Guias de Orientações do CISE

O CISE (Culturas, Identidades e Saberes de Eunápolis) constitui uma proposta curricular que busca articular o ensino formal com a valorização da História, da cultura e das identidades locais. Voltado para os anos iniciais e finais (que é o foco da minha pesquisa), o CISE se coloca como um instrumento estratégico capaz de aproximar o conhecimento escolar da realidade concreta dos estudantes, promovendo o reconhecimento das múltiplas dimensões históricas, sociais e culturais da cidade e de sua região. Este estudo objetiva analisar o componente curricular CISE, a partir de seus documentos orientadores, buscando compreender

de que forma o material propõe uma discussão acerca da História Local no contexto educacional de Eunápolis.

Dos anos finais (6º ao 9º ano) o CISE delimita o seguinte eixo norteador: *A cidade como território de aprendizagens.*

Nesta perspectiva, o componente curricular CISE, a princípio, constrói-se a partir do inventário da realidade histórica do município de Eunápolis, buscando conhecer os indivíduos, as histórias e ancestralidades, o lugar em que se inserem, e suas relações sociais e ecológicas com as questões da realidade, pensando a escola como parte de processos formativos que constituem a vida social e as relações entre ser humano, natureza, alteridade, costumes e aspectos culturais construídos e em construção no tempo e nos espaços constituídos (CISE 8º ano, p. 02).

Os guias indicam que os objetos de conhecimento propostos se relacionam com a realidade sociocultural dos alunos, enfatizando a importância de reconhecer personagens, eventos e processos históricos significativos para a construção da identidade local e para o fortalecimento do pertencimento histórico e cultural. Entretanto, não se pode afirmar que essa relação se dá plenamente na prática. Foram identificadas algumas considerações que devem ser mencionadas, as quais apontam para desafios que podem comprometer a efetivação desses objetivos. O CISE explicita um conjunto de competências específicas que, afirmam no documento, estão em conformidade com as competências gerais da BNCC.

Quadro 2 - Competências Específicas do CISE

Nº	Competência
1	Compreender e reconhecer as características e peculiaridades regionais e locais da comunidade em que a escola está inserida, desenvolvendo iniciativas comunitárias que fortaleçam os vínculos entre os sujeitos e as instituições.
2	Valorizar o território local, compreendendo-se como parte da comunidade, despertando sentimentos e ações de emancipação pessoal e pertencimento à territorialidade.
3	Promover experiências de interação social com enfoque nos aspectos locais, dando visibilidade às diferenças presentes na comunidade eunapolitana, sem estigmatizá-las, considerando também dimensões regionais e globais.
4	Articular saberes relacionados à pluralidade, às identidades e às inferências na produção do patrimônio cultural (material e imaterial) de Eunápolis.
5	Conhecer e valorizar os diferentes povos (indígenas, ciganos, itinerantes, migrantes, afro-brasileiros e camponeses) que compõem o território eunapolitano, reconhecendo suas tradições culturais e a legitimidade de sua coexistência.
6	Fortalecer espaços de debate nas escolas, problematizando questões políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e socioambientais que envolvam a comunidade na formulação e execução de políticas públicas no território.
7	Inventariar e divulgar dados relativos aos saberes locais e às potências educativas do território, ampliando o conhecimento sobre a cultura local.

Fonte: Produção própria, guia do CISE - 6º ao 9º ano, 2021.

O Quadro 2 apresenta as Competências Específicas do CISE conforme estabelecido no próprio documento, indicando a proposta oficial de construir um currículo alinhado à realidade sociocultural de Eunápolis. De acordo com o que o guia expõe, essas competências têm como finalidade promover o fortalecimento do pertencimento comunitário. Assim, o documento afirma buscar orientar práticas pedagógicas que aproximem a escola de seu contexto, articulando educação, identidade e participação social. É importante destacar que essa contextualização reflete exclusivamente o que está posto nas diretrizes do CISE, sem corresponder necessariamente a uma avaliação pessoal sobre sua efetividade ou aplicação prática.

O eixo norteador “A cidade como território de aprendizagem”, que norteiam todos os guias do CISE (6º ao 9º), propõe, segundo o documento, o incentivo para que os estudantes pesquisem e documentem a História de Eunápolis, relacionando passado e presente do município. Conforme está descrito no material,

as ações no componente curricular CISE, nesse segmento de ensino, pesquise, registre, catalogue e documente a história eunapolitana, com informações da região em que o município está inserido, passado e presente do lugar; seus significados e funções que esse lugar tem para a região (CISE, 6º ano, p. 03).

Para o 6º ano do Ensino Fundamental, o CISE tem como proposta central o estudo da História e das especificidades do município, promovendo uma educação conectada ao território e à realidade dos estudantes. De acordo com o documento, a intenção é valorizar a História Local, os territórios e etnias, as heranças, memórias e patrimônios, considerando “a importância de sua localização na Costa do Descobrimento e de suas origens e combinações de traços culturais nas relações étnicas e raciais” (CISE 6º ano, p. 01).

O CISE no 6º ano está estruturado em três grandes unidades temáticas: *Identidades; Culturas e Saberes; e Projeto de Vida: Dimensão Pessoal*. Cada unidade apresenta objetos do conhecimento, habilidades e competências que pretendem fortalecer o vínculo dos estudantes com sua comunidade e com o território de Eunápolis, articulando pesquisa, valorização cultural e participação social (CISE 6º ano, p. 04).

Quadro 3 – Estutura do conteúdo do Guia 6º ano

ANO	EIXO NORTEADOR	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO
6º ano	A cidade como territórios de aprendizagem	Identidades	- Eu e o meu grupo social – família (biológica ou de adoção) - Eu e o meu lugar - Eu e a minha escola - Eu, o lugar onde vivo e os lugares das pessoas de minha convivência

ANO	EIXO NORTEADOR	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO
		Culturas e Saberes	- Crenças, tradições e culturas - Nossas identidades culturais
		Projeto de Vida: Dimensão Pessoal	- Espaços da vida - Políticas públicas

Fonte: Produção própria, 2025.

A primeira unidade temática “Identidades” tem como objetivo promover o reconhecimento do estudante enquanto sujeito social, inserido em diferentes grupos e espaços de convivência. Os objetos do conhecimento apresentados se organizam em torno da relação do aluno com sua família, com a escola e com o lugar onde vive, buscando fortalecer os vínculos e a compreensão de pertencimento (CISE, 6º ano, p. 04).

O primeiro objeto do conhecimento, “Eu e o meu grupo social – família (biológica ou de adoção)”, está associado à habilidade EF69CISE01, que propõe “reconhecer o grupo familiar ao qual pertence como parte fundamental na sua formação como indivíduo e como ser social, entendendo o seu papel na construção da própria história e do coletivo do qual é integrante”, contemplando as competências 1, 2, 3, 4 e 6 (Quadro 2) (CISE, 6º ano, p. 04).

No objeto “Eu e o meu lugar”, a habilidade EF69CISE03 prevê “identificar-se, reconhecer-se e refletir a história e a cultura a qual está inserido”, articulada às competências 1, 2, 4 e 7 (CISE, 6º ano, p. 04). Já a habilidade EF69CISE04, vinculada ao objeto “Eu e a minha escola”, propõe “compreender em que consiste a história institucional da unidade escolar em que se estuda e a sua importância diante da comunidade a qual está inserida”, contemplando as competências 1, 4 e 7 (Quadro 2) (CISE, 6º ano, p. 04).

Por fim, o objeto do conhecimento “Eu, o lugar onde vivo e os lugares das pessoas de minha convivência” se relaciona à habilidade EF69CISE05, que busca “conhecer o lugar onde vive, valorizando o seu território e identificando-se como parte dele”, atendendo à competência 4 (CISE, 6º ano, p. 04).

A segunda unidade temática “Culturas e Saberes” propõe o reconhecimento e a valorização dos saberes, tradições e manifestações culturais de Eunápolis, articulando o conhecimento escolar ao contexto local (CISE, 6º ano, p. 06).

O objeto de conhecimento “Crenças, tradições e culturas” está ligado à habilidade (EF69CISE06), que orienta o estudante a reconhecer e refletir sobre os diferentes saberes produzidos pelos grupos socioculturais do município, promovendo o diálogo entre o conhecimento científico e o empírico (CISE, 6º ano, p. 06).

Já o objeto “Nossas identidades culturais” abrange as habilidades EF69CISE07 e

EF69CISE08, que tratam de reconhecer artistas, escritores e produções artísticas locais, além de compartilhar textos e manifestações culturais em diversos formatos midiáticos, valorizando a diversidade e a cultura local (CISE, 6º ano, p. 06).

A terceira unidade temática “Projeto de Vida: Dimensão Pessoal (atitudes, relações, hábitos)” apresenta objetivos voltados à observação das práticas cotidianas, valores, hábitos e relações sociais, considerando o contexto de vida dos estudantes e sua inserção na comunidade de Eunápolis (CISE, 6º ano, p. 07).

O objeto do conhecimento “Espaços da Vida” está vinculado à habilidade EF69CISE09, que propõe perceber e nomear práticas da vida cotidiana, como modos de fazer e interagir, hábitos, valores, memórias e histórias daqueles que residem no território de Eunápolis, envolvendo as competências 1, 2 e 7 (Quadro 2) (CISE, 6º ano, p. 07).

O objeto “Políticas públicas” relaciona-se às habilidades EF69CISE10 e EF69CISE11, que tratam de identificar políticas públicas e suas ações, problematizando e reconhecendo a inserção dos sujeitos nessas políticas, bem como demonstra interesse pela participação nas políticas públicas locais e pelo engajamento em ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da comunidade, ambas associadas à competência 6 (CISE, 6º ano, p. 07).

De acordo com o Guia CISE – 6º Ano, essas ações têm o propósito de favorecer a compreensão das políticas públicas e dos direitos e deveres dos cidadãos, articulando as experiências pessoais às realidades sociais e institucionais do município (CISE, 6º ano, p. 07).

Para o 7º ano do Ensino Fundamental, o guia traz como foco central o desenvolvimento do protagonismo juvenil por meio de práticas pedagógicas contextualizadas e baseadas em experiências culturais e territoriais.

Diferentemente do que é proposto para o 6º ano, o Guia CISE – 7º Ano apresenta uma unidade temática a mais, totalizando quatro unidades temáticas: Identidades, Culturas e Saberes, Projeto de Vida: Dimensão Pessoal (atitudes, relações, hábitos) e Projeto de Vida: Dimensão Cidadã (causas, participações e contribuições). Essas unidades devem orientar as práticas educativas no componente, conforme descrito no documento (CISE, 7º ano, p. 07) e representado abaixo:

Quadro 4 – Estrutura do conteúdo do Guia 7º ano

ANO	EIXO NORTEADOR	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO
7º ano	A cidade como territórios de aprendizagem	Identidades	– Eu e as minhas vivências
		Culturas e Saberes	– Patrimônio cultural (material e imaterial) – Práticas artísticas e vida social – Produções textuais multimodais sobre

ANO	EIXO NORTEADOR	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO
			história e cultura local – Personalidades e contribuições para a formação de Eunápolis
		Projeto de Vida: Dimensão Pessoal	– Espaços da vida
		Projeto de Vida: Dimensão Cidadã	– Desenvolvimento político e econômico de Eunápolis

Fonte: Produção própria, 2025.

De acordo com o Guia, a unidade temática Identidades aborda o desenvolvimento do autoconhecimento, da autoafirmação e da interação social, considerando a trajetória de vida dos estudantes e sua relação com o território onde vivem (CISE, 7º ano, p. 07).

O objeto do conhecimento “Eu e as minhas vivências” está vinculado às habilidades EF69CISE12, EF69CISE13 e EF69CISE14, que propõem reconhecer-se como sujeito ativo em seu contexto social, valorizar potencialidades individuais e coletivas e atuar de modo ético, colaborativo e autônomo. Essas habilidades se relacionam às competências 1, 2, 3, 4, 6 e 7 (Quadro 2) (CISE, 7º ano, p. 07).

A unidade temática Culturas e Saberes, conforme o Guia CISE – 7º Ano, propõe o estudo da História do lugar e dos diferentes povos que compõem a sociedade eunapolitana, com ênfase na valorização do patrimônio cultural material e imaterial (CISE, 7º ano, p. 09).

As habilidades EF69CISE15 a EF69CISE19 abordam a análise e valorização do patrimônio cultural, a relação entre práticas artísticas e vida social, a produção de textos multimodais sobre a História e cultura local, e o reconhecimento de personalidades que contribuíram para a formação de Eunápolis, associadas às competências 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 (Quadro 2) (CISE, 7º ano, p. 09).

Nas unidades temáticas Projeto de Vida: Dimensão Pessoal e Projeto de Vida: Dimensão Cidadã, o Guia CISE – 7º Ano apresenta propostas voltadas à compreensão do espaço vivido, ao desenvolvimento de relações interpessoais e à participação social no contexto local (CISE, 7º ano, p. 10).

O objeto do conhecimento “Espaços da Vida”, representado pela habilidade EF69CISE20, propõe analisar e explorar histórias de vida de alunos e professores, reconhecendo identidades culturais e favorecendo relações interculturais positivas, associada às competências 1, 2 e 7 (Quadro 2) (CISE, 7º ano, p. 10).

Já o objeto “Desenvolvimento político e econômico de Eunápolis”, vinculado às habilidades EF69CISE21 e EF69CISE22, envolve identificar modificações sociais, políticas e

econômicas desde a emancipação política do município e analisar os avanços tecnológicos e suas repercussões no território, associadas às competências 1, 2, 5, 6 e 7 (Quadro 2) (CISE, 7º ano, p. 10).

Para o 8º ano, o documento indica que os estudantes devem pesquisar as identidades dos povos que compõem Eunápolis, investigar o desenvolvimento político e econômico local e reconhecer as famílias pioneiras. Também propõe o estudo das culturas e saberes populares, bem como das práticas profissionais e políticas públicas voltadas à juventude, especialmente no âmbito do primeiro emprego e da formação cidadã (CISE, 8º ano, p. 06).

Assim como no 7º ano, o guia mantém as unidades temáticas Identidades, Culturas e Saberes e Projeto de Vida: Dimensão Cidadã, mas acrescenta uma nova unidade temática: “Projeto de Vida: Dimensão Profissional”, voltada ao estudo do mundo do trabalho, carreira e formação profissional (CISE, 8º ano, p. 09). Segue o quadro:

Quadro 5 – Estrutura do conteúdo do Guia 8º ano

ANO	EIXO NORTEADOR	UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO
8º Ano	A cidade como territórios de aprendizagem	Identidades	- O povo do lugar - População local - Famílias pioneiras
		Culturas e Saberes	- Cultura popular (costumes e aspectos culturais locais) - Personalidades locais
		Projeto de Vida: Dimensão Cidadã	- (Conteúdos voltados à cidadania, participação social e direitos do jovem, conforme o guia)
		Projeto de Vida: Dimensão Profissional	- Jovem Aprendiz - Formação para o primeiro emprego

Fonte: Produção própria, 2025.

Na unidade temática “Identidades”, o Guia CISE – 8º Ano aborda o reconhecimento da diversidade étnico-racial e cultural dos povos que compõem o território eunapolitano, considerando o desenvolvimento histórico e social do município (CISE, 8º ano, p. 06). Os objetos de conhecimento incluem “O povo do lugar”, “População local” e “Famílias pioneiras”, vinculados às habilidades EF69CISE23 a EF69CISE26. Essas habilidades orientam a identificação da distribuição territorial da população, o reconhecimento do desenvolvimento econômico local, o respeito à diversidade dos povos e o reconhecimento da importância das famílias fundadoras da cidade, associadas às competências 1, 2, 3, 4, 5 e 7 (Quadro 2) (CISE, 8º ano, p. 07).

A unidade temática “Culturas e Saberes” propõe o reconhecimento e valorização das

manifestações culturais locais como expressões da identidade e da História de Eunápolis (CISE, 8º ano, p. 09).

Os objetos do conhecimento, entre eles “Cultura popular: os costumes e aspectos culturais da terra eunapolitana” e “Personalidades”, abrangem as habilidades EF69CISE27 a EF69CISE31. Essas habilidades tratam de relacionar as manifestações artísticas à preservação da identidade local, valorizar e respeitar as diversidades culturais e religiosas, vivenciar manifestações culturais que relatem a história da cidade e reconhecer o papel da mulher eunapolitana na construção da História e no enfrentamento de preconceitos e discriminação, associadas às competências 1, 2, 3, 4, 5 e 7 (Quadro 2) (CISE, 8º ano, p. 09).

As atividades sugeridas envolvem pesquisas sobre costumes e cultura popular, debates sobre diversidade e respeito, vivências artísticas e projetos de registro e valorização das expressões culturais do município, incluindo produções de textos, exposições e ações de socialização na comunidade escolar (CISE, 8º ano).

O Guia reúne as unidades “Projeto de Vida: Dimensão Cidadã” e “Projeto de Vida: Dimensão Profissional”, centradas na formação do estudante como sujeito de direitos e agente social, enfatizando a relação entre cidadania, mundo do trabalho e políticas públicas (CISE, 8º ano, p. 09).

Os objetos do conhecimento “Jovem Aprendiz” e “Formação para o primeiro emprego” estão associados às habilidades EF69CISE32 e EF69CISE33, que orientam o aluno a identificar políticas públicas e suas ações, bem como conhecer projetos e programas locais de formação profissional e inserção no primeiro emprego, relacionados à competência 6 (CISE, 8º ano, p. 09).

Para o 9º ano do Ensino Fundamental, o guia orienta que o processo de ensino e aprendizagem seja conduzido a partir da investigação e registro do território e da comunidade, compreendidos como elementos centrais para a construção do conhecimento e do patrimônio cultural. Essa prática visa identificar e documentar os saberes, as manifestações culturais e as experiências socioeconômicas da comunidade Eunapolitana, considerando sua História, suas transformações e os grupos que compõem o território (CISE, 9º ano, p. 06).

O documento indica que os estudantes devem pesquisar a História da cidade e do entorno, registrar elementos naturais, construídos e culturais, reconhecer a diversidade de povos e comunidades presentes, bem como investigar o desenvolvimento econômico e as práticas sociais e políticas públicas voltadas à juventude, especialmente no campo do empreendedorismo, do primeiro emprego e da formação cidadã (CISE, 9º ano, p. 06).

O guia apresenta as unidades temáticas Comunidade e Cidadania, Comunidade: Registro da memória e construção da identidade e Patrimônios da comunidade, mas acrescenta maior ênfase ao Projeto de Vida, com atividades empreendedoras e inserção profissional, voltadas à aplicabilidade prática do conhecimento no mundo do trabalho (CISE, 9º ano, p. 12).

Quadro 6 – Estrutura do conteúdo do Guia 9º ano

ANO	EIXO NORTEADOR	UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO
9º Ano	A cidade como território de aprendizagem	Comunidade e Cidadania	- Comunidade consciente
		Comunidade: Registro da memória e construção da identidade	- Identidade, resistência e ancestralidade
		Patrimônios da Comunidade	- Educação patrimonial

Fonte: Produção própria, 2025.

Na unidade temática “Comunidade e Cidadania”, o Guia CISE – 9º Ano aborda o reconhecimento do estudante como sujeito de direitos e deveres dentro da comunidade, articulando o conhecimento histórico, social e cultural ao protagonismo juvenil e à participação em movimentos sociais (CISE, 9º ano, p. 12).

Dentro do Objeto de Conhecimento intitulado “Comunidade consciente”, os conteúdos incluem protagonismo social, cidadania, consciência crítica, interculturalidade, pluralidade, sororidade, promoção da cultura de paz, empreendedorismo e cultura digital, vinculados às habilidades EF05CISE01EUN a EF05CISE04EUN. Essas habilidades orientam o reconhecimento da coletividade, o fortalecimento das práticas sociais, o respeito à diversidade e a compreensão das políticas públicas locais, associadas às competências 1, 2, 3 e 6 (Quadro 2) (CISE, 9º ano, p. 14). A unidade temática “Comunidade: Registro da memória e construção da identidade” propõe o levantamento das Histórias Locais, ancestralidade e saberes da comunidade, com valorização da diversidade e resistência cultural (CISE, 9º ano, p. 20).

Os objetos de conhecimento, como identidade, resistência e ancestralidade, abrangem as habilidades EF05CISE05EUN a EF05CISE07EUN, que tratam da pesquisa sobre os povos da comunidade, do reconhecimento dos saberes locais e da desconstrução de intolerâncias, associadas às competências 1, 2, 3, 4 e 5 (Quadro 2) (CISE, 9º ano, p. 21).

As atividades sugeridas envolvem entrevistas com moradores, linhas do tempo, produção de artefatos culturais, dramatizações, rodas de conversa, produção de portfólios e

projetos colaborativos que registram as experiências e a memória da comunidade. Na unidade temática “Patrimônios da Comunidade”, o objetivo de conhecimento “Educação Patrimonial” visa diferenciar patrimônio material e imaterial, reconhecer a cultura como patrimônio coletivo e fortalecer o sentimento de pertencimento e cidadania (CISE, 9º ano, p. 30).

Entre os conteúdos está incluso o patrimônio material e imaterial e valorização da cultura local, associados às habilidades EF05CISE08EUN a EF05CISE10EUN, que orientam o reconhecimento, preservação e valorização dos elementos culturais e históricos do território, relacionadas às competências 1, 2, 4, 5 e 7 (Quadro 2) (CISE, 9º ano, p. 31).

Apresentada a estrutura e os objetos de conhecimento postos nos guias do CISE, seguimos agora para a apresentação dos resultados obtidos com a análise. Verifica-se uma superficialidade dos conceitos centrais para o desenvolvimento dos trabalhos. Não foram encontradas definições sobre patrimônio cultural, memória, identidade e cultura, dentre outros, que são fundamentais para efetivar uma prática educativa que ambiciona a construção de identidades e o reconhecimento cultural no âmbito escolar. Não estamos requerendo um aprofundamento teórico extenso, mas o básico para que se compreenda a visão e perspectiva presente no documento a respeito desses conceitos, visto que, algumas abordagens podem levar a uma permanência de visões hierárquicas acerca do patrimônio cultural. Com isso, há uma possibilidade de reduzir o trabalho educativo à atividades de registro e inventário, sem explicitação de mediação teórica ou análise dos processos históricos e sociais implicados. Por exemplo, a articulação entre memória, identidade e patrimônio, que é a questão central em propostas de educação patrimonial, é tratada de maneira descritiva, quando a literatura aponta para a necessidade de uma problematização analítica desses conceitos (Biaszetto, 2016).

Outra limitação evidente é a escassez de referências metodológicas e teóricas: o documentos utilizam poucas fontes e carece de fundamentação sólida que sustente as orientações apresentadas. Além disso, não apresentam conceitos sobre “local” ou “patrimônio”, deixando em aberto definições centrais para a compreensão do contexto sociocultural da Bahia. Deixa-se subentendido que essa pesquisa seria uma atividade a ser desenvolvida pelos docentes e estudantes, contudo se trata de um erro, pois é preciso oferecer minimamente um levantamento bibliográfico que oriente professores/as sobre o tema.

Não há menção à produção científica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB Campus XVIII/Eunápolis-BA) onde, no curso de História, possui trabalhos sobre História de Eunápolis. Fora isso, o curso tem várias disciplinas de laboratório de ensino de História que produz diversas propostas didáticas que poderiam servir de apoio para o desenvolvimento do CISE. Notou-se ainda um silêncio a respeito de uma importante Ponto de Cultura da cidade, o

“Viola de Bolso”¹. Apesar de sua relevância social, educativa e cultural, o CISE não faz qualquer referência a essa experiência, o que evidencia uma lacuna quanto ao reconhecimento das iniciativas culturais locais que fortalecem a identidade e a História do município. Tal ausência deve ser entendida como uma sugestão de revisão dos guias, visando futura articulação com instituições como o Viola de Bolso.

Além dessas ausências, importante mencionar que a UNEB dispõe do *Saber Aberto*, seu Repositório Institucional, que reúne, organiza e disponibiliza a produção intelectual da universidade em formato digital. O sistema tem como missão coletar, armazenar e disseminar de forma permanente e confiável os trabalhos acadêmicos produzidos pela comunidade universitária da UNEB de todos os *campus*, ampliando a visibilidade do conhecimento científico e intelectual desenvolvido na instituição. Trata-se, portanto, de uma fonte rica e acessível de pesquisas que poderiam contribuir significativamente para o aprimoramento do CISE, sobretudo no que se refere às produções locais sobre História, cultura e educação da região. Neste contexto, realizou-se a seleção e apresentação de alguns trabalhos disponíveis no repositório, com o intuito de evidenciar a variedade e a relevância das pesquisas produzidas localmente.

Quadro 7 – Trabalhos Acadêmicos *campus* XVIII

TÍTULO	AUTOR	ANO	PALAVRAS-CHAVE
Capoeiragem no maior povoado do mundo: inserção da capoeira regional em Eunápolis (1975–1981)	Valter Báfica Bonfim Neto	2021	Capoeira; Eunápolis; história local; cultura afro-brasileira
Catálogo fotográfico: desenvolvimento urbano e ações políticas em Eunápolis-BA (1968–2004)	Jaqueline Conceição dos Santos	2022	Desenvolvimento urbano; política local; fotografia histórica; Eunápolis
Turismo rural em Eunápolis: perspectivas e oportunidades de desenvolvimento	Joabson Nascimento Costa	2025	Turismo rural; desenvolvimento local; economia; Eunápolis
Trançando identidades, construindo resistência: saberes e fazeres das trancistas eunapolitanas como ferramenta para a “etno-ressignificação” (2010–2020)	Isabel Daiane Nepomuceno Silva Vieira	2024	Identidades; resistência; trançado; cultura afro-brasileira; Eunápolis

¹ No site “O Viola de Bolso – Arte e Memória Cultural”, existem informações a respeito dessa instituição cultural histórica de Eunápolis-BA, com 40 anos de atuação, reconhecida como Ponto de Cultura desde 2008, desenvolvendo ações voltadas à memória local, aos direitos culturais e à formação cidadã. Na página oficial na internet tem ainda a divulgação de oficinas de música, artes visuais, rodas de leitura, contação de histórias e vivências culturais para crianças, jovens e adultos, funcionando atualmente entre o Ponto de Leitura na praça Dr. Gusmão e o núcleo de cursos no distrito da Colônia. Disponível em: <https://violadebolso.org.br/>.

Memória e narrativa em O Fundador de Eunápolis: a escrita da história como leitura da experiência do tempo	João Rafael Santos Rebouças	2015	Memória; narrativa; história; Eunápolis.
Feiras livres de Eunápolis no EPA 2022: o ensino e aprendizagem sobre patrimônio cultural local a partir da equipe Brasilidade City	Joalisson Gomes Santos	2025	Feiras livres; patrimônio cultural; ensino de História; EPA; Eunápolis
Urbanização e imaginário sobre o “maior povoado do mundo”, Eunápolis 1970 a 1988	Levi Sena Cunha	2020	Representação; Urbanização; Eunápolis.
Mulheres na política em Eunápolis (2010–2020)	Sirlane Oliveira Silva	2023	Mulheres na política; participação feminina; representatividade; Eunápolis

Fonte: produção própria, 2025.

Embora este quadro reúna uma amostra significativa das pesquisas produzidas na UNEB/Campus XVIII, é importante destacar que existe um conjunto ainda maior de trabalhos desenvolvidos por estudantes e pesquisadores ao longo dos anos. As temáticas são diversas e revelam a potência acadêmica da região, abordando desde questões históricas, culturais e educacionais até debates sobre identidade, políticas públicas, patrimônio e práticas sociais.

Assim, este levantamento não esgota a produção existente, mas evidencia a riqueza, a variedade e a relevância das investigações realizadas, reforçando a necessidade de valorização e continuidade desses estudos para fortalecer a memória local, estimular a pesquisa e contribuir para o desenvolvimento crítico e social de Eunápolis e seu entorno.

Portanto, podemos destacar que no CISE faltam autores/as baianos/as e estudos voltados especificamente para a realidade do território Costa do Descobrimento, região em que o material é feito e, posteriormente praticado. Inclusive também apontamos a falta de problematização acerca do nome do território.

Os documentos do CISE ainda apontam a sua relação com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), que, por sua vez, articula-se à BNCC. A DCRB destaca as Competências Gerais como norteadoras da ação educativa para a Educação Básica, ressaltando a necessidade de um processo legítimo de valorização da que diversidade (competência 9), envolvendo estudantes, professores, gestores, funcionários, famílias e comunidade. O objetivo seria construir uma escola que faça sentido para o desenvolvimento integral dos estudantes nas redes estadual, municipal e privada. O DCRB se estrutura considerando Territorialidade, ressaltando a compreensão do território a partir da perspectiva de Milton Santos, como dimensão

que vai além do espaço geográfico, incorporando identidade e sentimento de pertencimento, coloca:

O pertencimento como categoria definidora de Território é um dos muitos ângulos a partir dos quais se pode formular o seu conceito, considerando as dinâmicas históricas de sua produção, as identidades também precisam ser vistas como possíveis de redefinições (DCRB, 2022, p. 21).

O conceito de território é associado à identidade, entendido como um espaço capaz de projetar desenvolvimento e criar laços sociais, culturais, econômicos e institucionais. O DCRB também evidencia a autonomia das escolas, concebidas como sujeitos políticos que participam de decisões locais, garantindo participação social e governança. O Estado organiza seus 417 municípios em 27 Territórios de Identidade, que funcionam como unidades de planejamento de políticas públicas, formadas a partir de agrupamentos identitários municipais com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos (DCRB, 2020, p. 22). Visto isso, percebe-se a falta dessas informações nos guias, uma vez que, mesmo sugerindo que o local é o foco principal do CISE, não há de forma efetiva o que é esse território, nem como será tratada a Costa do Descobrimento.

A discussão crítica sobre o termo “descobrimento” torna-se relevante quando observamos a forma como os materiais educativos oficiais lidam com o território da Costa do Descobrimento, especialmente considerando que esse é o espaço onde tais documentos serão implementados. A permanência desse vocabulário eurocêntrico reforça uma narrativa histórica que invisibiliza os povos originários, como os Pataxó, e ignora sua presença milenar na região. Estudos que analisam a percepção indígena sobre a história demonstram que a narrativa oficial do “descobrimento” é reducionista e não corresponde à memória coletiva desses povos, como evidencia o trabalho de Souza (2019), realizado com os Pataxó da Aldeia Barra Velha, “nas narrativas dos Pataxós, quando questionados sobre como eles compreendiam a história do “descobrimento” do Brasil, de que para eles o que ocorreu de fato não foi “descobrimento” e sim um ‘roubo’.” (Souza, 2019, p. 86).

Assim, a ausência de referenciais baianos, a superficialidade conceitual sobre o território e a manutenção acrítica do termo “descobrimento” revelam uma contradição entre os princípios estabelecidos pelo DCRB e a abordagem efetiva dos materiais. Essa lacuna compromete a construção de uma educação verdadeiramente comprometida com a diversidade, o pertencimento territorial e o reconhecimento dos sujeitos históricos locais.

Nos guias do 8º e 9º aparecem unidades temáticas acerca do “Projeto de Vida” com foco em atividades relacionadas ao mundo do trabalho, empreendedorismo e formação cidadã (CISE, 8º ano, p. 06). A presença do “Projeto de Vida” está relacionada com a BNCC que, por sua vez,

vincula-se a uma base curricular pautada no individualismo e meritocracia, onde estudantes são convencidos que são responsáveis por sua própria formação, deslocando dos problemas estruturais a responsabilidade pelo processo formativo da juventude (Santos, 2023).

Como visto, o componente CISE foi criado a partir da BNCC, dessa forma, os guias de orientação se articulam diretamente com a base, trazendo não apenas o “Projeto de Vida” como também às competências e habilidades que focam no “fazer”, transformando os conhecimentos e conteúdos em objetos de aprendizagem. Pode-se observar que o foco principal dos guias está no “fazer”, priorizando a sugestão de metodologias sem uma base conceitual. Entende-se que há uma necessidade de ampliar compromissos com a formação histórica dos/as estudantes a partir do vínculo com os conhecimento. O enfoque tende a priorizar habilidades individuais voltadas à empregabilidade, deixando menos espaço para reflexão crítica sobre desigualdades socioeconômicas e a dimensão coletiva do desenvolvimento comunitário.

Santos (2023) destaca também a chamada *Atitude Historiadora*, apresentada na BNCC que aparece como um termo carregado de significados, mas não como um conceito consolidado, pois não permite identificar sua trajetória histórica nem compreender quando começou a ser desenvolvido teoricamente. Ao não oferecer uma definição precisa, a BNCC direciona a interpretação para o sentido mais imediato da palavra “atitude”, associado sobretudo à ação e, portanto, à prática. Nesse sentido, compreende-se que a *Atitude Historiadora* formulada pela BNCC constitui uma redução das operações próprias do fazer historiográfico, uma vez que contempla apenas uma parte do processo e acaba desconsiderando o contexto de produção, os agentes envolvidos e a multiplicidade de significados presentes nas fontes históricas (Santos, 2023).

Além disso, conforme aponta Santos (2023), o uso do termo *atitude historiadora* ao longo do documento revela inconsistências internas que comprometem a sustentação teórica da proposta. A autora observa que o termo passa, progressivamente, de uma expressão apresentada entre aspas para um elemento destacado graficamente em laranja, sem que o documento apresente uma definição conceitual ou explicação que fundamente essa alteração. A análise gráfica e textual demonstra que os termos realçados em laranja funcionam como sínteses conceituais dentro da BNCC, operando como núcleos organizadores de sentido, enquanto os negritos aparecem subordinados a eles (BNCC, p. 402).

Encontra-se ainda uma visão elitista da História, preocupada em “investigar o desenvolvimento político e econômico local e reconhecer as famílias pioneiras” (CISE, 8º ano, 2022, p.), ou seja, ainda não concebe a participação e importância de diferentes grupos sociais no decorrer do tempo.

No 9º ano, embora a unidade seja mencionada como prioridade para desenvolver competências voltadas à inserção profissional e ao empreendedorismo, ela não está estruturada ou detalhada no documento, diferentemente das outras unidades temáticas como Comunidade e Cidadania, Registro da memória e construção da identidade e Educação Patrimonial (CISE, 9º ano, p. 7-8). Essa ausência de detalhamento pode dificultar o planejamento docente, a execução das atividades e a compreensão dos objetivos pelos estudantes, comprometendo a efetividade do componente curricular.

Também não foi identificados os procedimentos adotados em relação a formação docente e os guias não tornam evidente se os professores envolvidos são da área de Ciências Humanas ou se receberam capacitação específica para implementar as orientações. A literatura em formação docente lembra que, para efetivar práticas como pesquisa Histórica Local e educação patrimonial, é necessário que os professores sejam mediadores formados para problematizar, promover a investigação e articular teoria e prática. A omissão desse aspecto nos guias coloca em risco a implementação coerente das propostas.

A proposta do CISE exige a articulação entre História, Geografia, Arte e Língua Portuguesa, o que pode encontrar resistência em escolas com práticas pedagógicas mais tradicionais. Essa resistência dificulta a adoção de metodologias que favoreçam a compreensão integrada do patrimônio cultural. A participação ativa da comunidade é essencial para o sucesso do componente curricular. Sem essa participação, as ações de educação patrimonial podem ser vistas como atividades isoladas, sem impacto significativo na formação dos alunos.

4.2 As propostas metodológicas nos guias de orientação

As sugestões metodológicas dos guias do CISE apresentam um conjunto amplo de atividades voltadas à pesquisa, à documentação e ao fortalecimento do vínculo entre estudante e território. No 6º ano, destacam-se propostas como pesquisas sobre a origem do grupo social e do território de pertencimento, rodas de conversa sobre políticas públicas, registros da história da escola e da comunidade, além de socialização dos conhecimentos por meio de seminários, mesas-redondas, entrevistas, produções audiovisuais e construção de inventários do espaço vivido (CISE, 6º ano).

Quadro 8– Sugestões Metodológicas (Cise – 6º Ano)

Unidade Temática	Sugestões Metodológicas
Identidades	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação e escrita da história pessoal e familiar (biológica, adotiva ou outras configurações). • Estudo da árvore genealógica e heranças culturais. • Pesquisa sobre a origem do grupo social e significado de nome/sobrenome. • Reflexões sobre adoção e crianças em abrigos/orfanatos. • Pesquisas e entrevistas sobre o local onde os estudantes vivem. • Elaboração de memoriais sobre os bairros. • Dinâmicas para valorização da identidade individual na comunidade. • Construção de inventários culturais e sociais. • Depoimentos em vídeo, áudio e registros sobre a história da escola e da personalidade que a nomeia. • Socialização dos resultados (rodas de conversa, mesas-redondas, seminários). • Conversas sobre costumes locais, instituições culturais e religiosas. • Visitas a bairros para conhecer aspectos culturais do território eunapolitano. • Produção de portfólios, blogs e mini-documentários sobre os bairros.
Culturas e Saberes	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação dos saberes da escola e do entorno (podcasts, vídeos, fotomontagens). • Construção de “livro de memória” com materiais recicláveis. • Construção de inventário cultural. • Pesquisas sobre artistas, escritores e obras eunapolitanas. • Eventos literários e culturais: “Cafê com o Autor”, “Bate-papo com Artista”, “Tarde Filosófica” etc. • Rodas de conversa com textos ou autores locais. • Releituras referenciadas divulgadas em diferentes mídias. • Recitais, batalhas de rima, teatro e dramatizações de manifestações culturais.
Projeto de Vida – Dimensão Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas sobre origem do grupo social do estudante e seu nome/sobrenome. • Rodas de conversa que valorizem a interação entre escola e comunidade. • Construção de inventário pessoal e comunitário. • Pesquisas e entrevistas sobre políticas públicas, políticas de governo e Lei Orgânica. • Identificação das políticas públicas que atendem a faixa etária dos estudantes (educação, saúde, esporte, lazer). • Depoimentos e registros sobre a história da escola e da personalidade que a nomeia. • Socialização dos conhecimentos por meio de rodas de conversa, seminários e mesas-redondas.

Fonte: produção própria, 2025.

Na unidade temática *Identidades*, as atividades propõem que os estudantes investiguem sua própria história e a de suas famílias, estudem a árvore genealógica e pesquisem a origem do grupo social ao qual pertencem. Sugere-se também a realização de entrevistas, visitas aos bairros, registros sobre a história da escola e dinâmicas de valorização da identidade. As

produções podem incluir memoriais, inventários, blogs, portfólios e mini-documentários, socializados em rodas de conversa ou seminários (CISE 6º ano, p. 05).

Na unidade temática *Culturas e Saberes*, as sugestões envolvem identificar os saberes culturais da escola e da comunidade, com produções como podcasts, vídeos e fotomontagens. Recomenda-se criar um “livro de memória” com materiais recicláveis e pesquisar artistas e escritores locais. Eventos como “Café com o autor” e rodas de conversa com produtores culturais enriquecem o processo, que pode ser registrado por meio de releituras, recitais, dramatizações e inventários (CISE 6º ano, p. 06).

Já na unidade temática *Projeto de Vida*, as propostas incluem pesquisas sobre a origem familiar e social, rodas de conversa sobre convivência e participação na comunidade e estudos sobre políticas públicas e direitos. Entrevistas, registros da história da escola, coleta de depoimentos e análises sobre temas como saúde, esporte e lazer ajudam os estudantes a compreender seu contexto e responsabilidades. Os resultados podem ser apresentados em seminários e organizados em inventários (CISE, 6º ano, p. 07).

Para o 7º ano, o documento sugere entrevistas com docentes sobre suas trajetórias (“Bate-papo com o docente”), projetos sobre ancestralidade e genealogia familiar (“Família na Escola”), contação de histórias de avós, elaboração de autobiografias e biografias, pesquisas sobre a emancipação política de Eunápolis, exposições artísticas, mapeamento da escola e do entorno, diários de bordo e produções que expressem o vínculo entre o estudante e seu território (CISE, 7º ano).

Quadro 9 – Sugestões Metodológicas (Cise – 7º Ano)

Unidade Temática	Sugestões Metodológicas
Identidades	<ul style="list-style-type: none"> • Diários de bordo para registrar conhecimentos históricos e reconhecer pertencimento ao território. • Construção de inventário. • Dinâmicas de reconhecimento da identidade pessoal, familiar e relação com o território. • Produção de histórias em quadrinhos e narrativas visuais sobre histórias, sonhos e projetos de vida. • Produção de pequenos documentários de histórias de vida. • Projetos e seminários sobre sociedade/cultura e sua relação com a história de Eunápolis. • Construção de inventário (atividade recorrente).
Culturas e Saberes	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas de interpretação visual a partir de fotografias, ampliando repertório imagético sobre bairro e cidade. • Construção de inventário. • Batalhas de RAP. • Desfiles de moda. • Feiras artesanais. • Construção de inventário (atividade recorrente).

Unidade Temática	Sugestões Metodológicas
Projeto de Vida – Dimensão Pessoal e Cidadã	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas sobre a formação do maior povoado do mundo, a emancipação política e a atualidade de Eunápolis. • Construção de inventário. • Exposições de produções artísticas em curta-metragem. • Produção de autobiografias e biografias. • Construção de inventário. • Rodas de conversa e diários de bordo sobre histórias pessoais e relações afetivas no território. • Construção de inventário (atividade recorrente).
Projeto de Vida – Atitudes, Relações e Hábitos	<ul style="list-style-type: none"> • “Bate-papo com o docente”: entrevistas com professores sobre história de vida e contribuições à comunidade. • Projeto Família na Escola (ancestralidade, árvore genealógica, histórias de avós, modos de vida, dia da família, brincadeiras tradicionais). • Construção de inventário. • Mapeamento da escola e entorno com símbolos e desenhos (“mapa divertido”). • Estudo do mapa físico e limites municipais de Eunápolis. • Construção de inventário. • Produção de relatos escritos ou multimodais em diferentes suportes. • Construção de inventário (atividade recorrente).

Fonte: produção própria, 2025

Entre as sugestões metodológicas da unidade temática *Identidades*, o guia indica diários de bordo voltados ao registro do pertencimento e da história local, dinâmicas sobre identidade e grupo familiar, produção de histórias em quadrinhos e narrativas visuais sobre as vivências dos alunos, documentários de vida e projetos e seminários sobre a relação entre sociedade e cultura, além da construção de inventários do território (CISE, 7º ano, p. 08).

Na unidade temática *Culturas e Saberes*, as sugestões metodológicas incluem interpretação visual de fotografias, atividades artísticas e culturais como batalhas de RAP, desfiles de moda, feiras artesanais e a construção de inventários que registrem manifestações culturais do município (CISE, 7º ano, p. 09).

No 8º ano, o guia orienta que o ensino se organize a partir da construção do inventário da cidade, compreendida como prática de educação patrimonial. Essa abordagem envolve a identificação e documentação das referências culturais que constituem o patrimônio local. Além disso, propõe pesquisas sobre oportunidades de formação e trabalho, entrevistas com jovens aprendizes e profissionais, debates sobre políticas públicas de juventude, visitas técnicas e elaboração de relatórios reflexivos (CISE, 8º ano).

Quadro 10 – Sugestões Metodológicas (Cise – 8º Ano)

Unidade Temática	Sugestões Metodológicas
Identidades	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de eventos culturais (culinária, festas típicas, feiras, manifestações indígenas, ciganas, de imigrantes e povos itinerantes).

Unidade Temática	Sugestões Metodológicas
	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas sobre a origem e ocupação do povo local: surgimento, migrações, distribuição no território. • Levantamento dos povos indígenas, migrantes, ciganos, afro-brasileiros e camponeses do município. • Registro das características étnico-raciais e étnico-culturais desses grupos. • Painel virtual com imagens e textos sobre a população local. • Pesquisas, entrevistas e depoimentos sobre o desenvolvimento econômico de Eunápolis. • Roda de conversa e atividade sobre “trilha sonora da vida” conectando música, memória e identidade territorial. • Produção de inventário. • Portfólios, blogs e mini-documentários sobre pioneiros, fundadores e personagens locais. • Construção de memorial com fotos e relatos de antigos moradores. • Linha do tempo com fotos, documentos e relatos. • Produção de inventário.
Culturas e Saberes	<ul style="list-style-type: none"> • Exposições de arte local, fotografia do município e culinária típica. • Gincana cultural com teatro, filmes, dança, poesia, música e pintura. • Exposições fotográficas do município (físicas ou digitais). • Pintura de paisagens de pontos turísticos de Eunápolis. • Construção de memorial com fotos e relatos históricos. • Festival musical “Canto da Terra”, valorizando repertórios culturais locais. • Confeção de biografias de mulheres da história local e regional. • Entrevista com personalidade feminina do município. • Pesquisas sobre mulheres que contribuíram para a história de Eunápolis. • Estudos e debates sobre políticas públicas de formação profissional e inserção do jovem no trabalho. • Busca de programas e projetos locais de primeiro emprego. • Seminário sobre formação profissional e mercado de trabalho. • Produção de inventário.

Fonte: produção própria, 2025.

As sugestões metodológicas para a unidade temática Identidades indicam eventos culturais com culinária e feiras típicas, pesquisas sobre a origem e ocupação do povo local, levantamento dos grupos étnicos presentes no município, construção de painéis virtuais e memoriais, produção de portfólios, blogs e mini-documentários, além da elaboração de linhas do tempo com fotos, depoimentos e documentos históricos (CISE, 8º ano, p. 08).

Apesar de apresentar propostas, observa-se que o documento aborda de maneira superficial a presença dos povos indígenas, uma vez que não explicita orientações específicas para o tratamento de suas histórias, culturas e formas de resistência. A menção aos grupos étnicos ocorre de forma genérica, sem aprofundar as particularidades históricas dos povos indígenas nem problematizar processos como a ocupação territorial, os conflitos, as violências e as lutas por reconhecimento e direitos. Dessa forma, o tratamento dado ao tema corre o risco de reduzir a presença indígena a um elemento pontual ou simbólico, o que limita a compreensão de seu papel central na formação histórica e social do município.

Para a unidade temática *Culturas e Saberes*, as propostas incluem a organização de diferentes tipos de exposições, como mostras de artes locais, fotografias do município e experiências com a culinária regional. Sugere-se também a realização de gincanas culturais envolvendo teatro, dança, poesia, música e artes visuais, além de atividades como pintura de paisagens de pontos turísticos, construção de memoriais com relatos de moradores antigos e festivais musicais que valorizem os repertórios culturais da região. As práticas contemplam ainda a produção de biografias e pesquisas sobre mulheres que marcaram a história de Eunápolis, acompanhadas de entrevistas e bate-papos com personalidades femininas do município. Propõem-se estudos e debates sobre políticas públicas de formação profissional e inserção do jovem no mercado de trabalho, com busca de projetos e programas locais ligados ao primeiro emprego, culminando com seminários e a elaboração de inventários para registrar o que foi aprendido (CISE, 8º ano, p. 10).

Para o 9º ano, as sugestões incluem discussões em sala de aula, projetos artísticos, contação de histórias, entrevistas com familiares e membros da comunidade escolar, produção de cartazes, murais educativos e iniciativas de sustentabilidade. Também são propostas visitas guiadas, pesquisa e registro da memória local, produção de artefatos culturais, dramatizações, jogos educativos, projetos colaborativos e exposições, fortalecendo a interação entre escola e comunidade (CISE, 9º ano).

Quadro 11 – Sugestões Metodológicas (Cise – 9º Ano)

Unidade Temática	Sugestões Metodológicas
Comunidade e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão em sala de aula • Histórias e contos- Projetos artísticos • Jogos de papel • Entrevista com pais e comunidade escolar • Projeto de sustentabilidade • Cartazes e murais educativos
Comunidade: o Registro da Memória e a Construção da Identidade	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão em sala de aula • Entrevistas e pesquisa na comunidade • Linha do tempo da comunidade • Produção de artefatos culturais • Jogos de papel • Dinâmicas e dramatizações • Projetos colaborativos • Roda de conversa com convidados- Cartazes e murais educativos
Patrimônios da Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão em sala de aula • Aulas expositivas e sensibilização • Visitas guiadas- Pesquisa e registro da memória local- Produção de artefatos culturais • Criação de projetos colaborativos • Cartazes e murais educativos • Dramatizações e simulações • Jogos educativos

Fonte: produção própria, 2025.

Para o 9º ano, as sugestões metodológicas para a unidade temática *Comunidade e Cidadania*, incluem discussões em sala de aula, projetos artísticos, contação de histórias, entrevistas com familiares e membros da comunidade escolar, produção de cartazes, murais educativos e projetos de sustentabilidade, promovendo o engajamento dos estudantes com a comunidade (CISE, 9º ano, p. 16).

Para a comunidade temática *Comunidade: o Registro da Memória e a Construção da Identidade* as sugestões metodológicas incluem promover discussões em sala de aula sobre temas relacionados à comunidade, realizar entrevistas e pesquisas com moradores e elaborar uma linha do tempo que registre acontecimentos importantes do local. Também se propõe a produção de artefatos culturais, como maquetes, objetos simbólicos ou materiais artísticos, além da utilização de jogos de papel, dinâmicas e dramatizações para facilitar a aprendizagem. Projetos colaborativos podem ser desenvolvidos para integrar diferentes turmas, culminando em rodas de conversa com convidados da comunidade. Para socializar os resultados, recomenda-se a criação de cartazes e murais educativos que evidenciem os conhecimentos construídos (CISE, 9º ano, p. 24).

Já para a unidade temática *Patrimônios da Comunidades*, As sugestões metodológicas contemplam visitas guiadas, pesquisa e registro da memória local, produção de artefatos culturais, dramatizações, jogos educativos, criação de projetos colaborativos e exposições culturais, promovendo a interação entre escola e comunidade (CISE, 9º ano, p. 33).

Ao analisar o conjunto dos guias destinados do 6º ao 9º ano, percebe-se um esforço em valorizar práticas investigativas baseadas na pesquisa e no inventário do município, aproximando o estudante de seu território. Contudo, mesmo que as propostas busquem coerência com os objetivos gerais, persistem pontos que demandam atenção crítica, como lacunas entre objetivos e práticas sugeridas, limites na abordagem de temas históricos e culturais e a necessidade de maior articulação entre planejamento pedagógico e a realidade concreta dos estudantes.

As sugestões metodológicas apresentadas (rodas de conversa, entrevistas, gincanas, exposições, construção de memoriais, visitas guiadas, projetos artísticos, produção de inventários, murais, cartazes, dramatizações, entre outras) revelam uma forte centralidade no “como ensinar”, exatamente o ponto que Maria Santos (2022) critica como marca das políticas curriculares desde os anos 1990 e intensificado pela BNCC. São propostas centradas na atividade, no fazer, na execução de tarefas, o que aproxima a organização pedagógica de uma lógica tecnicista ou neotecnicista, em que o foco recai mais sobre “o que o aluno fará” do que sobre “por que e para quê aprender História”. Ainda segundo Santos, a hegemonia do como

fazer produz um apagamento dos objetivos formativos, substituídos por habilidades operacionais. Nessa perspectiva, muitas das sugestões listadas (construção de painéis, blogs, memorial, inventário, oficinas, jogos, projetos artísticos) podem correr o risco de transformar o ensino de História em um itinerário de atividades fragmentadas, cuja justificativa pedagógica se torna instrumental: produzir algo, registrar algo, executar algo. Como destaca Freitas (2018), citado por Santos, essa lógica se insere em um contexto de responsabilização, produtividade e padronização em que as práticas se tornam procedimentos a serem cumpridos, e não experiências de reflexão histórica.

Além disso, a própria repetição excessiva de técnicas semelhantes (como “cartazes”, “murais”, “inventários”, “registros”, “projetos colaborativos”) evidencia o que Santos (2022 p. 179) denomina hibridização, isto é, a incorporação de elementos de diferentes discursos pedagógicos, mas esvaziados de seus marcadores originais. A presença de ações procedimentais com foco em um produto final, cria um híbrido que pode parecer inovador, mas que mantém a mesma lógica tecnicista de operacionalização do ensino.

Assim, embora atividades como entrevistas, exposições, visitas e memórias locais tenham potencial, na forma como aparecem, sem questionamentos sobre identidade, narrativa, temporalidade, historicidade, podem se limitar a práticas ilustrativas, reforçando a ideia de História como registro da experiência e não como interpretação crítica dos fenômenos sociais.

Por fim, as sugestões metodológicas apresentadas aparecem sem conexão explícita com os porquês formativos. Como Santos (2022) discute, quando o currículo enfatiza atividades operacionais sem explicitar para que elas servem, contribui para a manutenção da ideia de que o ensino de História é um “lugar da prática”, com “vazio epistemológico” (Monteiro, 2014). Assim, sem uma problematização mais profunda, essas propostas correm o risco de reforçar a hegemonia de um projeto neotecnicista de ensino, em que o fazer se sobrepõe ao pensar, e a execução de tarefas substitui a formação crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Guias de Orientação do CISE (Culturas, Identidades e Saberes de Eunápolis) apresentam uma proposta que busca articular o ensino formal à valorização da História, cultura e identidades locais, buscando aproximar o conhecimento escolar da realidade concreta dos estudantes. Em tese, o componente curricular pretende promover o reconhecimento das múltiplas dimensões históricas, sociais e culturais de Eunápolis, bem como fortalecer o vínculo dos alunos com seu território. No entanto, é importante destacar que o documento propõe-se a, mas não garante, que esses objetivos sejam plenamente alcançados na prática pedagógica.

Ao analisar os guias (6º ao 9º ano), observa-se que eles estruturam conteúdos, unidades temáticas e sugestões metodológicas que propõem-se a favorecer a pesquisa, o registro e o inventário do município, com exceção do 9º ano, aproximando o aluno do território e da comunidade. Contudo, há indícios de que essa aproximação se dá de forma limitada, superficial e descontinuada em alguns momentos. Além disso, os guias propõe a trabalhar com identidade, memória e patrimônio cultural, mas o fazem de maneira descritiva, sem problematização analítica consistente. A ausência de aprofundamento teórico, de referências regionais e de fundamentação metodológica sólida evidencia que o material propõe práticas com o patrimônio histórico e cultural, mas não assegura a efetividade dessas ações. Conceitos centrais como “território”, “Local” e “patrimônio” permanecem pouco definidos, e não há diálogo com pesquisas locais ou autores/s baianos/as, o que compromete a articulação entre teoria e prática.

Outro ponto crítico é a formação docente. O guia não deixa evidente se professores/as responsáveis possuem capacitação específica ou se são das áreas de Ciências Humanas, nem como seriam orientados a mediar atividades investigativas e integradas. Nesse sentido, o documento propõe-se a indicar caminhos, mas não garante suporte suficiente para que tais propostas se concretizem de forma eficaz.

Em termos de estrutura pedagógica, os guias apresentam eixos norteadores e unidades temáticas que têm o potencial de fortalecer o pertencimento e a valorização cultural. No entanto, a predominância de atividades individuais, sem integração consistente com a dimensão coletiva e reflexiva, evidencia que o material tenciona, mas não assegura, a formação cidadã e a compreensão crítica das desigualdades sociais e políticas locais. Portanto, embora o CISE procure propor um currículo articulado à realidade local e ao patrimônio cultural de Eunápolis, é necessário reconhecer que essas orientações não se concretizam. O documento funciona mais como um guia de intenções do que como uma orientação para práticas efetivas, evidenciando lacunas na fundamentação teórica, na contextualização do território e na preparação docente.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. D. de. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1169>. Acesso em: 12 out. 2025.
- BIAZZETTO, V. C. **Educação patrimonial: conceitos e práticas para a preservação da memória e identidade cultural**. Curitiba: Appris, 2016.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília, DF: MEC, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024: Lei nº 13.005/2014**. Brasília, DF: MEC, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental**. v. 1. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. 484 p.
- CAVALCANTI, E. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 272–292, 2018. Disponível em: Artigo - História e história local - desafios, limites e possibilidades.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.
- CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.
- CISE – Culturas, Identidades e Saberes de Eunápolis. **Guia do 6º Ano**. Eunápolis: Secretaria Municipal de Educação, 2022. Disponível em: GUIA DE ORIENTAÇÕES - CISE - 6º Ano.pdf. Acesso em 10 out. 2025.
- CISE – Culturas, Identidades e Saberes de Eunápolis. **Guia do 7º Ano**. Eunápolis: Secretaria Municipal de Educação, 2022. Disponível em: GUIA DE ORIENTAÇÕES - CISE - 7º

Ano.pdf. Acesso em: 10 de out. 2025.

CISE – Culturas, Identidades e Saberes de Eunápolis. **Guia do 8º Ano**. Eunápolis: Secretaria Municipal de Educação, [ano]. Disponível em:

file:///C:/Users/Pichau/Downloads/GUIA%20DE%20ORIENTAC%CC%A7O%CC%83ES%20-%20CISE%208%C2%BA%20ANO.pdf. Acesso em: 10 de out. 2025.

EUNÁPOLIS (BA). Conselho Municipal de Educação. **Resolução CME/CP nº 05/2021, de 03 de dezembro de 2021**. Aprova as Matrizes Curriculares da Rede Pública Municipal. Diário Oficial do Município, 18 jan. 2022.

FERREIRA, M. de M.; OLIVEIRA, M. M. D. de (coord.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. 248 p. ISBN 978-85-225-2117-3.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, M. F. História local, história regional e ensino de história. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 175–195, 2007.

GOUBERT, P. **A história local**. São Paulo: DIFEL, 1988.

GUIA DE ORIENTAÇÃO DO CISE. Culturas, Identidades e Saberes de Eunápolis. Resolução CME/CP nº 05/2021. Eunápolis: Secretaria Municipal de Educação, 2021.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LAVILLE, C. **A história e sua epistemologia**. In: BARROS, José D'Assunção (org.). *A História pensada: teoria e metodologia da História*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 115–135.

LIMA, M. **Ensino de História e BNCC**: tensões, rupturas e permanências. In: MIRANDA, S.; FERREIRA, A. (orgs.). *Ensino de História no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora X, 2022. p. 150–170.

MELO, V. de L. B. e. **História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

PEREIRA, E. M. da S.; CARDOSO, A. M. de A. Educação patrimonial e escola: possibilidades de intervenção. **Revista CPC**, n. 10, p. 7–23, 2010.

RALEJO, A. S.; MELLO, R. A.; AMORIM, M. de O. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77056, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77056>. Acesso em: 10 de nov. 2025.

SAMUEL, R. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 223–244, 1990.

SCHMIDT, M. A. **Reflexões sobre a história local e o ensino de história**. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; CAINELLI, M. (org.). *Janelas para o passado: reflexão e prática no ensino de história*. Curitiba: UFPR, 2007. p. 187–206.

SOUZA, V. D. F, de. **O “descobrimento” do Brasil: “na nossa tese o Povo Pataxó não fica de fora”**. 2019. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2019.

VIOLA DE BOLSO – Arte e Memória Cultural. Site oficial. Disponível em: <https://violadebolso.org.br/>. Acesso em: 27 nov. 2025.